

SUSTENTABILIDADE: UMA REFLEXÃO POLÍTICO ECONÔMICA

***Adelaide Cristiane B.O. e Silva, Arlene Cristine F. Souza, Nilza Apda Novaes,
Roberto Barea, Profª Ma. Edméa Medeiros Lavor***

Universidade Paulista - UNIP, Campus Sorocaba - SP, edmea.lavor@uol.com.br

Resumo- Este artigo propõe uma reflexão da importância do meio ambiente como fornecedor de recursos naturais para a economia. Salienta que a utilização responsável desses recursos representa a continuidade do desenvolvimento econômico e social. Dessa forma, todas as nações devem vincular produção com a conservação e ampliação dos recursos e acrescentar aos seus objetivos principais a execução de projetos ambientais. Como conclusão, nota-se que apesar do tema, sustentabilidade, ser atualmente discutido amplamente, será necessário decisões legais, pois, a recuperação das áreas perdidas é um processo lento, a longo prazo necessitando agrupar desenvolvimento econômico com o sustentável.

Palavras-chave: Sustentabilidade, Desenvolvimento, Sociedade e Integração.

Área do Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas.

Introdução

Com base em uma das definições mais conhecidas que afirma ser o desenvolvimento sustentável aquele que atende às necessidades das gerações presentes sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades (ONU, 1987); podemos afirmar que o desenvolvimento sustentável representa um universo complexo, o termo provém de um processo histórico da reavaliação crítica da relação existente entre a sociedade civil e o meio natural e pode ser visto como palavra-chave dos nossos dias.

Apesar de sua aceitação, percebe-se que o desenvolvimento sustentável continua carregado de ambiguidades e contradições, das quais a mais importante é, talvez, a sua dificuldade em explicar quais os caminhos para atingi-lo, ou seja, como sair da retórica para a ação prática efetiva.

O tema tornou-se uma das principais preocupações dos agentes públicos do Brasil e do mundo, a sustentabilidade exige uma postura preventiva que identifique tudo o que um agente possa fazer para contribuir com o bem estar econômico, social, político e ambiental de uma sociedade.

Entretanto, é necessário conhecer o que tais agentes e representantes locais entendem por sustentável, visto que o entendimento destes tem e terá, no futuro, repercussões significativas em toda a sociedade, influenciando diretamente nos problemas a serem enfrentados, como por exemplo: saúde, educação, transporte, crescimento populacional – principalmente nas regiões metropolitanas – poluição, lixo e reciclagem.

Metodologia

De acordo com Vergara (2009), essa pesquisa é de natureza quanto aos fins descritiva e quanto aos meios de investigação bibliográfica, objetivando avaliar o entendimento dos principais conceitos dedicados ao esforço desenvolvimentista sobre o tema do desenvolvimento sustentável.

Para Vasconcellos e Garcia (1998), é importante conhecer uma abordagem mais ampla do desenvolvimento que apresenta o crescimento econômico acompanhado da melhoria da qualidade de vida, ou seja, visa melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social como pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia.

Entretanto, segundo Becker (1996), o desenvolvimento sustentável tem uma conotação extremamente positiva, combinando eficiência econômica, justiça social e prudência ecológica. Para o autor, quando não há essa combinação, o desenvolvimento está fadado ao fracasso. Assim, para que os governantes possam influenciar na adoção de um modelo sustentável de desenvolvimento, a priori, é necessária a criação de tal modelo.

Outra interessante afirmação é feita por Ballen (2005), o autor cita duas alternativas: a sustentabilidade e a insustentabilidade. Salienta ainda, a sociedade humana nunca esteve tão ameaçada e que sustentar significa manter em existência, prolongar, pois a sociedade é um sistema complexo, adaptativo, incluso em outro sistema complexo que é o meio ambiente, completando, apresenta cinco dimensões para o conceito de desenvolvimento sustentável:

1.sustentabilidade social com ênfase na presença do ser humano na ecosfera;
2.sustentabilidade econômica relativa à alocação e distribuição dos recursos naturais;
3.sustentabilidade ecológica, referente aos impactos das atividades humanas sobre o meio ambiente;
4.sustentabilidade geográfica, alcançável por meio de uma melhor distribuição dos assentamentos humanos e atividades econômicas;
5.sustentabilidade cultural, relacionada ao caminho da modernização sem o rompimento da identidade cultural". (BALLEN, 2005).

Dessa forma, o desenvolvimento sustentável engloba a ideia de compatibilidade do crescimento econômico com o desenvolvimento humano e qualidade ambiental.

Resultados

A economia da sustentabilidade é visto como um problema de alocação intertemporal de recursos, consumo e investimento, por agentes econômicos racionais. No entanto, as autoridades públicas, representadas pelos governos: Federal, Estadual e Municipal, por meio de ação coletiva, se faz necessária, pois, alguns serviços ambientais se constituem de bens públicos – ar, água, capacidade de armazenagem de dejetos, etc. (MAY, 2010).

Para as questões relacionadas à sustentabilidade, a sociedade possui um tempo exíguo, os avanços tecnológicos que o homem é capaz de obter tornam maiores os impactos sobre o meio ambiente; ainda se deve adicionar a significativa expansão da população urbanizada e o aumento da degradação ambiental do ar, dos solos e das águas, além da qualidade de vida em geral.

Na visão de Ballen (2005), o desenvolvimento sustentável não é um estado permanente de equilíbrio, mas de mudanças quanto ao acesso aos recursos e quanto à sua distribuição. Pode-se dizer que, na sua essência, é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e às aspirações humanas. (ONU, 1987)

No Brasil e no mundo, a cidade de Curitiba é vista como cidade modelo, pela sua infraestrutura, sua grande concentração de áreas verdes que chega a aproximadamente 19.183.858 m² entre outros aspectos econômicos e sociais. (IPPUC, 2004).

Em seu histórico, Curitiba utiliza técnicas de planejamento urbano como mecanismo para a sua gestão desde que assumiu a função de capital do

Estado do Paraná no século XIX (IPPUC, 2004). Contudo, foi na década de 1940, quando sua população era de 127.278 habitantes, que essa tendência ganhou destaque, inaugurando uma prática que segue até os dias de hoje, em que conta com mais de 1.700.000 habitantes, o plano Agache, proposto pelo arquiteto Alfred Agache e sua equipe de planejadores urbanos que organizou a cidade por zonas e funções em que se previam áreas residenciais, de comércio e lazer que teriam impactos na disposição espacial e social da cidade. (MOYSES; BARACHO, 1998).

Desenvolveu-se a consciência de todos os cidadãos sobre a importância do planejamento urbano, buscando soluções adequadas para o interesse e as necessidades da população. Atualmente, Curitiba vem construindo uma experiência de gestão pública que centraliza esforços na organização do espaço urbano, valorizando a responsabilidade social na construção de uma cidade mais justa e democrática.

Segundo Naredo (1996), grande parte da indefinição do propósito e viabilidade do desenvolvimento sustentável refere-se à dificuldade de conciliar o crescimento ou desenvolvimento econômico com a ideia de sustentabilidade, na qual cada um desses dois conceitos se atribui a níveis diferentes de abstração e sistemas de racionalidades.

Para abordar a questão da eficiência ecológica, utiliza-se nessa pesquisa a economia americana, de acordo com May (2010), apenas 6% de todo o fluxo de materiais que consome resulta em produtos. Em termos de bens duráveis, esta relação cai para 1%. Estima-se que científica e tecnologicamente se poderia hoje reduzir imensamente essa ineficiência ecológica por meio de uma elevação radical da produtividade no uso dos recursos naturais, bem como na redução não menos radical da geração de resíduos.

As noções de crescimento encontram sua definição nos agregados monetários homogêneos que segregam conceitos habituais do sistema econômico, porém a preocupação pela sustentabilidade recai sobre os processos físicos singulares e heterogêneos, ou seja, é imprescindível agrupar o desenvolvimento econômico com o sustentável.

Discussão

A sustentabilidade ocupa o centro das discussões polêmicas na atualidade. Sua relação direta com a economia a projeta ao *status* de urgência. O maior desafio é conciliar o social equitativo, o ambientalmente eficiente e produtivo. É necessário definir novas prioridades ao ensino e à pesquisa, destacar novas perspectivas de

produtividade com a preservação dos recursos naturais e construir eficientes indicadores de sustentabilidade.

Conclusão

Observou-se que o desenvolvimento sustentável está vinculado a um processo de evolução e ao adiantamento do que se espera alcançar em um determinado local, região ou país; todavia, devemos considerar o termo com sua devida complexidade. Para o referido desenvolvimento é essencial que além de implantar medidas com o objetivo de alcançá-lo é necessário gerar projetos eficazes para a manutenção desse processo que nos levará à sustentabilidade.

Somente com a aplicabilidade dos princípios de sustentabilidade podemos exercitar nossos esforços para a continuidade desse importante projeto da humanidade que representa nossa permanência na terra: a prevenção: degradação/poluição; a precaução: avaliação prévia dos impactos; a participação: envolvimento da comunidade; a proatividade: prevenção dos problemas; a compensação: melhoria ampla em outra área; o compromisso de melhoria contínua: meta modesta e o poluidor pagador: responsabilidade com os custos de remediar.

Para finalizar, citamos Dupas (2008) que foca as inovações institucionais como meios para superar as contradições que aparentemente incompatibilizam o crescimento acelerado e a sustentabilidade, ou seja, aprender com os erros daqueles que passaram por esse caminho insustentável, em busca de formas para alcançar um melhor padrão de vida sem necessariamente percorrer a mesma trajetória de destruição do capital natural.

Referências

- BALLEEN, H. M. V. Indicadores de Sustentabilidade: uma análise comparativa. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- BECKER, D. F. Desenvolvimento participante-criativo: uma primeira participação exploratória do tema. Lajeado: Fundação Alto Taquari e Ensino Superior, 1996.
- DUPAS, G. Meio Ambiente e Crescimento Econômico: tensões estruturais. São Paulo: Editora UNESP, 2008.
- IPPUC, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. Curitiba em Dados, CD Room, 2004.

- MAY, P. H. Economia do Meio Ambiente: teoria e prática, 2ª ed., Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

- MOYSES, S. J.; BARACHO, J. C. G. Curitiba! Uma cidade saudável: a organização da saúde no nível local. São Paulo: Hucitec, 1998.

- NAREDO, J. M. *Hacia una Ciencia de los Recursos Naturales*. Madrid: Sigilo XXI, 1996-a.

- ONU, *United Nations Organization. Report of the world commission on environment and development: our common future. General Assembly Resolution: 42/187*, 1987.

- VASCONCELOS, M. A.; GARCIA, M. E. Fundamentos de Economia. São Paulo: Saraiva, 1998.

- VERGARA, S. C. Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração. 11ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.